



**XXXIX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DE DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL
E DIREITO EMPRESARIAL**

002. CADERNO DE QUESTÕES

(QUESTÕES DISCURSIVAS)

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Responda de forma clara, objetiva e fundamentada, utilizando argumentos jurídicos e referências à legislação vigente.
- Procure estruturar sua resposta em introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Evite respostas meramente expositivas; privilegie a análise crítica e a aplicação prática dos conceitos.

CONFIDENCIAL ATÉ O MOMENTO DA APLICAÇÃO.

QUESTÃO 01 – DIREITO CIVIL

Alberto, pessoa idosa e sob o regime de curatela, foi encaminhado pela ambulância ao posto de urgência após sofrer grave acidente automobilístico. Decorrida uma semana do acidente, a equipe médica viu-se diante de um dilema: amputar a perna mais comprometida ou continuar o tratamento por outros métodos, na tentativa de evitar a hipótese mais drástica. Após reunião da equipe, foi chamado ao hospital Sílvio, curador de Alberto, que autorizou a amputação mediante a assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido.

Antes da cirurgia, o médico responsável conversou com Alberto, que estava lúcido e orientado na ocasião, sem que, no entanto, fosse informado a ele qual seria o objetivo da intervenção cirúrgica. Ao recuperar a consciência, após a cirurgia, Alberto se desesperou ao perceber a amputação. Na sequência, buscou a ajuda de sua amiga, Clara, advogada, a qual pleiteou a destituição do curador e ajuizou uma ação indenizatória em face do hospital, requerendo a condenação ao pagamento de indenização por danos morais e estéticos, sob o argumento de que seu cliente fora submetido à intervenção cirúrgica desnecessária, haja vista a existência de outro tratamento disponível para buscar a cura sem a mutilação.

Em sua peça, o curador alegou ter agido na defesa do melhor interesse do curatelado. Por sua vez, o hospital sustentou ter agido lastreado pelo termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelo curador, a quem cabia, como representante legal do paciente, autorizar ou não a intervenção cirúrgica.

Analise a questão com base na legislação civil em vigor.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 60 pontos).

QUESTÃO 02 – DIREITO CIVIL

Disserte sobre a Regularização Fundiária Rural e Urbana (Reurb) e sua aplicabilidade em:

- a) loteamentos clandestinos, loteamentos irregulares e condomínios de fato;
- b) áreas de risco;
- c) áreas de preservação permanente.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 40 pontos).

QUESTÃO 03 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ajuizada ação de improbidade administrativa por uma Promotoria de Justiça incumbida da tutela coletiva em face de Caio, servidor público integrante dos quadros funcionais do Estado do Rio de Janeiro, o juiz da causa, depois de percorrido todo o *iter* procedimental, proferiu sentença por meio da qual acolhia integralmente a pretensão deduzida na petição inicial. Assim, foram decretadas, no ato sentencial, a perda da função pública do réu, a suspensão de seus direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos e a proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, por igual prazo. Além disso, o magistrado condenou Caio ao pagamento da verba ressarcitória do dano patrimonial apurado e da multa civil, esta última em valor equivalente ao do acréscimo patrimonial por ele ilicitamente obtido.

Tendo o réu interposto recurso de apelação, o órgão *ad quem* dele conheceu, tendo-lhe, contudo, negado provimento.

Regularmente intimado do teor do acórdão, Caio manejou recurso especial para impugná-lo, estando tal manifestação recursal ainda pendente de julgamento no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Já havendo o órgão ministerial deflagrado, nesse ínterim, a fase de cumprimento de sentença, Caio e o Estado do Rio de Janeiro protocolizaram petição conjunta, informando que haviam celebrado um Acordo de Não Persecução Civil (ANPC), com a pactuação dos seguintes pontos: (i) redução do montante condenatório a título de multa civil, que, de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme os contornos do título executivo judicial formado, passava para R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), quantia já paga à vista pelo réu, conforme comprovante que acompanhava a petição; (ii) exclusão das sanções de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos; (iii) manutenção da sanção de proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, no prazo fixado na sentença; e (iv) manutenção da obrigação de ressarcir integralmente o erário estadual, também de acordo com o título executivo.

Apreciando o ANPC, o juiz de imediato o homologou, além de determinar o prosseguimento do feito, já com vistas a assegurar a satisfação do crédito referente ao ressarcimento do dano patrimonial causado pelo ato de improbidade.

Na sequência, deu-se a intimação do Ministério Público.

À luz desses dados, e considerando os princípios processuais aplicáveis e os regramentos de regência, responda aos seguintes itens:

a) Analise a legitimidade do Estado do Rio de Janeiro para celebrar o ANPC com o réu da ação de improbidade intentada pelo órgão ministerial, o cabimento do acordo na fase procedimental em que se encontrava o feito e, ainda, o conteúdo das cláusulas constantes do instrumento.

b) Explique se há alguma via impugnativa de que o Ministério Público possa se valer, no tocante à homologação judicial, e quais os argumentos invocáveis.

c) Indique o órgão ministerial detentor da atribuição para celebrar o ANPC, caso tal iniciativa partisse do *Parquet*.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 50 pontos).

QUESTÃO 04 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Responda aos seguintes itens:

- a) Pode o juiz indeferir a petição inicial se constatar a existência de fortes indícios de litigância abusiva?
- b) Conceitue litigância abusiva reversa, examinando a sua aplicação à conduta do réu litigante habitual, indicando os instrumentos do Código de Processo Civil aptos a coibi-la.
- c) Constatado o quadro de litigância abusiva (inclusive a reversa), delimite os instrumentos de atuação do Ministério Público, judicial e extrajudicial, considerando a tutela dos direitos transindividuais e a dimensão coletiva da integridade do sistema de justiça.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 50 pontos).

QUESTÃO 05 – DIREITO EMPRESARIAL

Determinada empresa transnacional com sedes sociais na França, no Reino Unido e nos Estados Unidos, enfrenta crise financeira relevante, ingressando com demandas análogas ao instituto da recuperação judicial (Lei nº 11.101/2005), em cada um desses países.

Posteriormente, no Brasil, há pedido de recuperação judicial de sociedade controlada pela matriz estrangeira, sob o fundamento de que, no Rio de Janeiro, situam-se alguns dos seus bens, além de considerável número de credores. Antes da decisão inicial do juízo empresarial, o processo de recuperação judicial brasileiro é encaminhado ao Ministério Público para manifestação.

Analise o requerimento, indicando a posição a ser adotada de modo fundamentado, dispensada a forma de parecer.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 50 pontos).

QUESTÃO 06 – DIREITO EMPRESARIAL

O Banco Central decretou a liquidação extrajudicial de uma instituição financeira, instaurando inquérito a fim de apurar as causas que levaram a sociedade àquela situação e à responsabilidade de seus administradores e membros do Conselho Fiscal. Ao final do inquérito, o relatório elaborado concluiu pela existência de prejuízos. Posteriormente, os autos foram remetidos ao juízo competente, que os encaminhou ao Ministério Público para manifestação.

Com base no exposto, responda aos itens a seguir:

a) Deverá, obrigatoriamente, ser proposta ação cautelar de sequestro, pelo membro do Ministério Público?

b) Caso um dos administradores ou membro do Conselho Fiscal relacionado no inquérito, no entender do *Parquet*, não ostentar qualquer nexos de causalidade com o prejuízo causado, qual medida deverá ser adotada?

c) Qual será a responsabilização pessoal dos administradores e membros do Conselho Fiscal?

d) Decretada a falência da instituição financeira e após a arrecadação de ativos valiosos, antes ocultos, resta comprovado que a falida é superavitária, ostentando ativo maior do que o passivo. Qual medida deverá ser adotada?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 50 pontos).